Irmandade Evangélica Betânia.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025



Índice

Relatório da administração da Entidade 3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 5
Balanço patrimonial 8
Demonstração do resultado 9
Demonstração do resultado abrangente 10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 11
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto 12
Demonstração do Valor Adicionado - DVA 13
Notas explicativas às demonstrações financeiras 14

Relatório da Administração

Senhores associados,

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da Irmandade Evangélica Betânia, levantadas em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Com o propósito de fortalecer a perenidade da Instituição, seguimos empenhados em consolidar nossas atividades com foco na sustentabilidade. Nesse contexto, buscamos aprimorar continuamente a gestão por indicadores como ferramenta essencial para a administração e o planejamento de ações de curto, médio e longo prazo.

Mesmo diante dos impactos enfrentados ao longo dos últimos anos, a instituição manteve resultados positivos. Em 2021, o resultado contábil foi de R$ 881.061,00. Em 2022, o resultado anual consolidado alcançou R$ 656.024,46. No ano de 2023, alcançou-se resultado positivo de R$ 1.921.078,00 (um milhão, novecentos e vinte e um mil e setenta e oito reais), impulsionado pelas receitas provenientes da mobilização de recursos no Brasil e no exterior, que totalizaram R$ 3.157.335,00 (três milhões, cento e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco reais), captados especificamente para ampliação e reformas de espaços.

Em 2024, o resultado anual consolidado totalizou R$ 764.183,00 (setecentos e sessenta e quatro mil, cento e oitenta e três reais), com destaque para as doações provenientes do exterior, que somaram R$ 1.682.557,50 (um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

No ano de 2025, o resultado anual consolidado foi de R$ 37.629,00 (trinta e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais). As doações provenientes do exterior totalizaram R$ 706.755,00 (setecentos e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), as quais foram fundamentais para compor a receita necessária. Destaca-se ainda o avanço na elaboração e aprovação de projetos em emendas e editais municipais, estaduais e federais, abrindo novas perspectivas para a captação de recursos. Esses recursos poderão, nos próximos anos, contribuir para melhorias nos materiais pedagógicos e para a realização de reformas, conforme apontamentos do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária.

Para fortalecer a resiliência e a criatividade das equipes, foram promovidos treinamentos, capacitações e atendimentos coletivos e individuais. Também foi dedicada atenção especial à saúde mental dos colaboradores, com a oferta de atendimento psicológico individual, composto por quatro sessões semanais/mensais, iniciativa que contribui para manter a motivação, o comprometimento e a qualidade no desempenho das atividades. Os modelos de trabalho mantiveram-se presencial, home office (remoto) e híbrido, conforme a viabilidade, visando aumentar a flexibilidade e a produtividade.

Em 2025, a instituição manteve suas atividades educacionais e sociais nas unidades Escola Aldeia Betânia, CEISB e Escola Estância Betânia.

O CEISB encerrou o ano com 289 alunos matriculados, todos atendidos em período integral com 100% de gratuidade, sendo 30 custeados pela Prefeitura de Colombo.

A Escola Estância Betânia ampliou o atendimento com matrículas no 1º ano do Ensino Fundamental, totalizando 101 crianças atendidas, 58 atendidas com 100% de gratuidade, 7 com 50% de gratuidade, 34 custeados pela prefeitura de Colombo e 2 com 50% de gratuidade institucional.

Relatório da Administração

A Escola Aldeia Betânia encerrou o ano com 547 alunos matriculados, sendo 45 atendidos com 100% de gratuidade e 14 com 50% de gratuidade.

Durante o ano, a Irmandade Evangélica Betânia também ampliou o número de colaboradores e fortaleceu as atividades voltadas ao atendimento de inclusão educacional.

Nas reuniões mensais da diretoria, foi mantida como prioridade a preservação da saúde financeira e da perenidade da instituição. Os esforços concentraram-se na gestão estratégica do orçamento, com análise e redução de custos, reaproveitamento de recursos, ampliação da divulgação das atividades e projetos sociais, captação de novos padrinhos parceiros e fortalecimento do relacionamento com clientes, buscando oferecer atendimento de excelência e estimular fidelização e novas indicações.

Seguimos esperançosos para o ano de 2026, dando continuidade e impulsionando nossas atividades. O fortalecimento da captação de recursos permanece como meta prioritária, bem como a prospecção de novos clientes educacionais pagantes e hóspedes para lazer e eventos, contribuindo para o cumprimento dos compromissos financeiros da instituição.

Nosso objetivo é ampliar, nos próximos anos, as ações educacionais e sociais. Almejamos que as doações em espécie possam ser destinadas cada vez mais à realização de benfeitorias e ampliações dos espaços existentes, possibilitando o atendimento educacional de um número ainda maior de crianças.

Nossa missão é clara e, para que continue se concretizando, contamos com colaboradores, parceiros, clientes e voluntários comprometidos e confiantes na transparência do trabalho realizado.

Curitiba, 13 março de 2026.

Denise Teresa Caron Lopes
Diretora Presidente

MOORE

Moore CWB Auditores Independentes

R. Almirante Tamandaré, 738, sala 3,
andar02, Alto da Rua XV - CEP 80.045-170,
Curitiba-PR
Tel +55 (41) 3205 7000
moorecwb@moorebrasil.com.br
www.moorebrasil.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos Srs.
Administradores e Associados da
Irmandade Evangélica Betânia

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **Irmandade Evangélica Betânia**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Irmandade Evangélica Betânia** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, alertamos que, na data de encerramento de nossos trabalhos como auditores independentes e conforme mencionado na Nota Explicativa 01 – Contexto Operacional, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS era válido até 21/03/2025, dessa forma foi devidamente protocolado novo processo de renovação em dezembro de 2024 pelo período de mais 3 anos e, portanto, na presente data encontra-se em análise pelo Ministério da Educação – MEC.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

MOORE

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 13 de março de 2026.

MOORE CWB
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC.PR 005.174/O-5

Diemerson do Nascimento
Contador
CRC PR-060.422/O-7

Balanço Patrimonial

Levantado em 31 de Dezembro

(Valores expressos em reais - 1)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
ATIVO				**PASSIVO**			
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	05	2.381.728	1.904.618	Fornecedores	-	400.830	321.778
Contas a receber de clientes	06	1.237.064	869.096	Salários e encargos sociais	09	623.383	502.121
Adiantamentos a funcionários	-	251.110	177.075	Adiantamentos recebidos	10	1.327.529	1.228.307
Adiantamentos a fornecedores	-	5.709	818	Impostos e contribuições a pagar	-	62.027	53.291
Estoques	-	26.938	21.233	Obrigações com férias e encargos	11	616.453	493.557
Outros direitos realizáveis	-	122.975	95.031	Outras contas a pagar	-	174.420	132.639
Despesas de exercício seguinte	-	15.996	14.389	Verbas de subvenções	12	758.470	27
		4.041.520	**3.082.260**			**3.963.112**	**2.731.720**
Não circulante				**Patrimônio líquido**			
Investimentos	07	1.232.123	1.232.123	Patrimônio social	14	25.501.080	24.736.897
Imobilizado	08	24.219.322	23.907.049	Superavit do período	-	37.629	764.183
Intangível	08	8.856	11.368			**25.538.709**	**25.501.080**
		25.460.301	**25.150.540**				
Total do Ativo		**29.501.821**	**28.232.800**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido .....**		**29.501.821**	**28.232.800**

Emerson Siqueira Martins
Contador
CRC 039.251/O-8 PR

Denise Teresa Caron Lopes
Diretora Presidente
CPF 523.281.809-06

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício e Abrangente

Levantado em 31 de Dezembro

(Valores expressos em reais - 1)

	Nota	2025	2024
Serviços educacionais	-	9.022.993	7.700.933
Serviços educacionais - Gratuidade	-	5.090.006	4.883.149
Hospedagens e vendas de produtos	-	9.324.318	8.299.419
Doações e contribuições	-	1.776.203	2.452.618
Doações serviços voluntários	21	114.192	139.543
Subvenções municipais e estaduais	12	182.842	168.640
Receitas usufruidas - beneficios fiscais	19	4.253.970	3.794.708
Receita das Atividades		**29.764.524**	**27.439.010**
Gratuidade 100% e 50% - Lei Complementar 187/2021	18.a	(4.720.774)	(4.590.926)
Gratuidade convenção coletiva	-	(60.570)	(32.050)
Gratuidade institucional 100% e 50% (contraturno)	-	(1.419.740)	(981.603)
Descontos comerciais (fidelidade)	-	(308.662)	(260.173)
Descontos concedidos	-	(354)	(3.867)
Devolução vendas / Cancelamento serviços	-	(12.989)	(17.308)
ICMS sobre vendas	-	(7.184)	(7.519)
Descontos usufruidos - beneficios fiscais	19	(4.253.970)	(3.794.708)
Deduções das Receitas		**(10.784.243)**	**(9.688.154)**
Receita Líquida		**18.980.281**	**17.750.856**
Custos serviços educacionais	15	(10.234.316)	(9.419.519)
Custos hospedagem e vendas de produtos	15	(6.405.217)	(5.753.821)
Custos serviços voluntários	15	(114.192)	(139.543)
Custos com serviços socioassistenciais	15 / 18.b	(14.983)	(13.064)
Custos dos Serviços Prestados		**(16.768.708)**	**(15.325.947)**
Gerais e administrativas	-	(2.594.062)	(2.032.241)
Outras receitas	16	307.767	319.139
Receitas e Despesas Operacionais		**(2.286.295)**	**(1.713.102)**
Superávit (Déficit) antes dos efeitos financeiros		**(74.722)**	**711.807**
Resultado financeiro	17	112.351	52.376
Superávit líquido do exercício		**37.629**	**764.183**

Emerson Siqueira Martins
Contador
CRC 039.251/O-8 PR

Denise Teresa Caron Lopes
Diretora Presidente
CPF 523.281.809-06

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Superávit líquido do exercício	37.629	764.183
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**37.629**	**764.183**

Emerson Siqueira Martins
Contador
CRC 039.251/O-8 PR

Denise Teresa Caron Lopes
Diretora Presidente
CPF 523.281.809-06

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Levantado em 31 de Dezembro
(valores expressos em reais - 1)

Mutações	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) do Período	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**22.970.936**	**1.765.961**	**24.736.897**
Incorporação do Superávit do Exercício de 2023	1.765.961	(1.765.961)	-
Superávit do Exercício	-	764.183	764.183
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**24.736.897**	**764.183**	**25.501.080**
Incorporação do Superávit do Exercício de 2024	764.183	(764.183)	-
Superávit do Exercício	-	37.629	37.629
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	**25.501.080**	**37.629**	**25.538.709**

Emerson Siqueira Martins
Contador
CRC 039.251/O-8 PR

Denise Teresa Caron Lopes
Diretora Presidente
CPF 523.281.809-06

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Levantado em 31 de Dezembro

(Valores expressos em reais - 1)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	**1.366.705**	**891.578**
Superavit líquido do período	**37.629**	**764.183**
Ajustes por:	**550.771**	**220.456**
. Juros e variações monetárias	(54.353)	(78.213)
. Perdas de créditos em contas a receber	25.290	19.299
. Depreciações e amortizações	579.834	279.370
RESULTADO AJUSTADO DO PERÍODO:	**588.400**	**984.639**
Aumento nos passivos:	**1.205.439**	**(121.873)**
. Fornecedores	52.513	(7.560)
. Salários e encargos sociais	121.262	(22.875)
. Adiantamentos recebidos	99.808	31.403
. Impostos e contrinuições a pagar	8.736	(1.754)
. Obrigações com férias e encargos	122.896	38.549
. Outras contas a pagar	41.781	(4.545)
. Verbas de subvenções	758.443	(155.091)
Redução (aumento) nos ativos:	**(427.134)**	**28.812**
. Contas a receber de clientes	(312.952)	37.041
. Adiantamentos a fornecedores	(4.891)	6.563
. Adiantamentos a funcionários	(74.035)	44.481
. Estoques	(5.705)	(4.011)
. Outros diretos realizáveis	(27.944)	(55.154)
. Despesas do exercício seguinte	(1.607)	(108)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	**(889.595)**	**(1.281.336)**
. Aquisições de imobilizado	(889.595)	(1.281.336)
	477.110	**(389.758)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**477.110**	**(389.758)**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	**1.904.618**	**2.294.376**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	**2.381.728**	**1.904.618**

Emerson Siqueira Martins
Contador
CRC 039.251/O-8 PR

Denise Teresa Caron Lopes
Diretora Presidente
CPF 523.281.809-06

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Levantado em 31 de Dezembro

(Valores expressos em reais - 1)

	2025	2024
1. RECEITAS	**25.792.166**	**23.922.968**
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	23.423.974	20.862.326
1.2. Doações e contribuições	1.890.394	2.592.161
1.3. Outras receitas	307.767	319.139
1.4. Subvenções governamentais	182.842	168.641
1.5. Perdas no Recebimento de Créditos	(12.811)	(19.299)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**6.688.173**	**6.710.444**
2.1. Materiais, Serviços e Outros	6.688.173	6.710.444
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**19.103.993**	**17.212.524**
4. RETENÇÕES	**579.834**	**346.803**
4.1. Depreciações e Amortizações do Imobilizado	579.834	346.803
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	**18.524.159**	**16.865.721**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**243.353**	**207.192**
6.1. Receitas de aplicações financeiras	208.869	155.404
6.2. Receitas Financeiras sobre Valores a Receber	7.945	23.134
6.3. Descontos Obtidos	26.539	28.654
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**18.767.512**	**17.072.913**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**18.767.512**	**17.072.913**
8.1. Pessoal		
8.1.1. Remuneração Direta	9.923.015	8.693.036
8.1.2. Benefícios	1.286.880	774.349
8.1.3. FGTS	872.056	814.256
8.2. Gratuidades		
8.2.1. Gratuidades, bolsas e descontos educacionais concedidos	6.509.746	5.864.752
8.3. Impostos, Taxas e Contribuições		
8.3.1. Estaduais	7.184	7.519
8.4. Remuneração de Capitais de Terceiros		
8.4.2 Juros e Variações Passivas	114.189	111.230
8.4.3 Descontos Concedidos	16.813	43.588
8.5. Remuneração do Capital Próprio		
8.5.1 Superávit Retidos / (Déficit) Absorvidos	37.629	764.183

Emerson Siqueira Martins
Contador
CRC 039.251/O-8 PR

Denise Teresa Caron Lopes
Diretora Presidente
CPF 523.281.809-06

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade Evangélica Betânia é uma entidade de Educação e Assistência Social, com personalidade jurídica de direito privado, de natureza associativa, apolítica, sem objetivos econômicos, tendo por finalidade o desenvolvimento educacional, cultural e social dos cidadãos mais necessitados.

Para auxiliar no cumprimento dos objetivos sociais, a Irmandade mantém as unidades: (I) Casa Matriz, (II) Escola Aldeia Betânia, (III) Centro de Capacitação Profissional, Hotel Estância Betânia (IV) Centro de Educação e Inclusão Social Betânia, (V) Escola Estância Betânia e (VI) Pousada Betânia.

A Irmandade foi fundada em 25 de novembro de 1980, na cidade de Curitiba – PR, tendo sido declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei 7.701 de 13 de maio de 1983 e de Utilidade Pública Municipal, nesta capital, pela Lei 7.968 de 23 de junho de 1992, atualizada pela lei 15.697 de 16 de setembro de 2020 e de Utilidade Pública Municipal, no município de Colombo, pela Lei 1.555 de 17 de dezembro de 2020.

Em 27 de março de 2025 foi publicada a Portaria nº 190 no Diário Oficial da União, Seção 1, Página 27, a qual defere o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, protocolado em dezembro de 2021 sob o número 23.000.031829/2021-92, com validade pelo período de 22/03/2022 até 21/03/2025.

Em dezembro de 2024, a administração protocolou tempestivamente novo processo de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, em conformidade com a Legislação Vigente, sob o número 23.000.038866/2024-74, por mais 3 anos, período de 22/03/2025 até 21/03/2028, estando o processo em análise pelo Ministério da Educação. De acordo com o Artigo 14 do Decreto 11.791 de 21 de novembro de 2023, a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente.

NOTA 02. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

i) Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observados os preceitos estabelecidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.409/2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

ii) Declaração de Concordância

A Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Entidade em 13 de março de 2026.

iii) Bases de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas com base no uso de estimativas.

iv) Moeda funcional:

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras, apresentadas em Real, foram arredondadas para a unidade de um Real (R$ 1) mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

Devido aos arredondamentos, os números apresentados em notas explicativas podem não ser precisos quando comparados aos quadros das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.

NOTA 03. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, foram aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados de outra forma.

a) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

b) Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos, ou receitas e despesas não são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um Pronunciamento ou Norma Brasileira de Contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

c) Instrumentos financeiros

c.1) Ativos Financeiros Não Derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade possui recebíveis como ativos financeiros não derivativos. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo.

Os recebíveis abrangem os depósitos bancários, investimentos financeiros (aplicações financeiras) mantidos até seu vencimento e contas a receber de clientes.

c.2) Passivos Financeiros Não Derivativos

A Entidade reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativos: fornecedores. Tal passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa: numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Contas a receber de clientes

Demonstradas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, os respectivos rendimentos e variações monetárias até a data de encerramento das demonstrações financeiras, bem como ajustadas pelas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, constituídas sobre os títulos de 2023, 2024 e 1º semestre de 2025, com base no histórico proporcional de inadimplência e integralmente sobre os títulos vencidos de exercícios anteriores.

f) Estoques

Os estoques estão representados basicamente por itens de alimentação avaliados pelos custos médios de aquisição, líquidos de impostos, que não superam os valores de recuperabilidade.

g) Investimentos

Os investimentos estão sendo avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de *impairment*, quando aplicável.

h) Imobilizado

Os itens do imobilizado estão mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de correções monetárias calculadas até 1995, bem como de reavaliação dos imóveis realizada durante o ano de 2006, deduzidos das depreciações e/ou amortizações acumuladas.

Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem futuros benefícios econômicos para a Entidade. Caso contrário, são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os bens estão registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido da depreciação acumulada calculada com base em taxas consideradas pela administração como adequadas em relação ao prazo de vida útil econômica dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

i) Intangível

Os ativos intangíveis consistem em softwares de computador adquiridos e reconhecidos pelo custo menos a amortização acumulada, calculada em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear.

j) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização.

k) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de exigibilidade, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos desses passivos e acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pró-rata-die".

Os adiantamentos recebidos estão compostos pelas antecipações de mensalidades educacionais relativas ao ano de 2026, recebidas antecipadamente, correspondendo aos valores nominais das parcelas, bem como por outros adiantamentos de clientes da atividade hoteleira.

A Provisão para Férias e Encargos Sociais foi constituída em montante julgado suficiente para cobertura dessas obrigações com os funcionários, considerando os períodos vencidos e os proporcionais, apropriada até a data de encerramento do balanço.

Está classificada como Obrigações com férias e encargos sociais.

l) Reconhecimento da Receita

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pelas mensalidades educacionais, pelas diárias do hotel e pousada, doações e outras rendas eventuais.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

m) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos calculados por índices e taxas oficiais, ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

n) Resultado Abrangente

O resultado abrangente está apresentado conforme NBC TG 1000 (R1) seção 5.

o) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Preparada pelo método indireto e apresentada conforme NBC TG 1000 (R1) seção 7.

p) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que necessitam de grau maior de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras, correspondem aos passivos contingentes, que são provisionados ou não de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da Entidade.

Portanto, sempre que necessária, uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que haja uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

NOTA 04. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Entidade.

As políticas são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

NOTA 05. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores relativos ao caixa e equivalentes de caixa, na data do balanço, discriminam-se como segue:

	2025	2024
Caixa: numerários em espécie	21.974	24.892
Depósitos bancários: contas correntes	190.811	522.444
Aplicações financeiras	2.168.943	1.357.282
	2.381.728	**1.904.618**

NOTA 06. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem a títulos vencidos e vincendos, conforme especificado abaixo, estando ajustadas pelas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa. O saldo do balanço patrimonial está assim composto:

	2025	2024
Mensalidades a receber - educação básica	222.963	139.307
Cartões (crédito e débito) a receber - educação	167.014	147.071
PECLD - Educação	(20.949)	(61.562)
Hospedagens a receber	256.754	278.666
Cartões de crédito/débito a receber - hospedagens	617.045	390.000
PECLD - Hospedagens	(5.763)	(24.386)
	1.237.064	**869.096**

Movimentação das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	2025	2024
Movimentação das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:		
Saldo inicial	(85.948)	(151.415)
Baixa contábil PECLD	72.700	79.959
Reversões e recuperações de despesas	11.826	8.309
Constituições de PECLD	(25.290)	(22.801)
Saldo final	**(26.712)**	**(85.948)**

NOTA 07. INVESTIMENTOS

O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 totaliza o montante de R$ 1.232.123 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, cento e vinte e três reais). Desse total, R$ 1.202.123 (um milhão, duzentos e dois mil, cento e vinte e três reais) correspondem à propriedade de 7 (sete) apartamentos localizados no "Condomínio Rossi Atual Morada", enquanto R$ 30.000 (trinta mil reais) referem-se a um terreno recebido a título de doação, situado no município de Tijucas do Sul – PR. Os valores recebidos a título de aluguel desses imóveis são integralmente destinados ao cumprimento do objeto social da Entidade.

Os referidos investimentos são mantidos pelo custo de aquisição, e a Administração entende que seus valores contábeis não excedem os respectivos valores de mercado. Dessa forma, não foram identificadas perdas por desvalorização (impairment) ou necessidade de ajuste ao valor recuperável desses ativos.

NOTA 08. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

		2025			2024
	Taxa	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado					
Terrenos	-	8.866.643	-	8.866.643	8.866.643
Edificações	1,29 - 10	20.260.449	6.654.993	13.605.456	13.928.709
Instalações	10 - 20	960.455	477.325	483.130	369.112
Veículos	20	179.306	174.163	5.143	18.616
Máquinas e equipamentos	10 - 20	588.013	315.060	272.953	158.006
Móveis e utensílios	20 - 25	1.132.945	775.365	357.580	341.946
Computadores e periféricos	10 - 20	589.550	378.615	210.935	224.017
Imobilizações em andamento	-	417.482	-	417.482	-
		32.994.843	**8.775.521**	**24.219.322**	**23.907.049**
Intangível					
Direito de uso e patentes	20	899	-	899	899
Sistemas, aplicativos e softwares	20	90.624	82.667	7.957	10.469
		91.523	**82.667**	**8.856**	**11.368**

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de correções monetárias calculadas até 1995, bem como de reavaliação dos imóveis, realizada durante o ano de 2006, deduzido das depreciações e/ou amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Adicionalmente no decorrer do exercício de 2021, atendendo aos dispositivos da NBC TG 27, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade procedeu, por meio de empresa especializada terceirizada, avaliação de parte de seus ativos imobilizados (terrenos e edificações) objetivando identificar eventual desvalorização bem como revisar as taxas de vida útil com base no padrão de consumo dos seus ativos, refletindo o efetivo desgaste atual dos bens. Mediante laudo a Administração da entidade não identificou mudanças significativas e, portanto, concluiu que não haviam evidências de necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*) e ainda, as taxas determinadas mediante vida útil foram aplicadas a partir de 2022.

Para os exercícios de 2024 e 2025, não ocorreram mudanças significativas do padrão de uso e consumo dos seus bens patrimoniais, dessa maneira não existem indícios de desvalorização dos seus ativos.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2025:

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciações/ Amortizações	Saldos em 31/12/2025
Imobilizado					
Terrenos	8.866.643	-	-	-	8.866.643
Edificações	13.928.708	3.000	-	(326.251)	13.605.457
Instalações	369.113	192.053	-	(78.036)	483.130
Veículos	18.616	-	-	(13.473)	5.143
Máquinas e equipamentos	158.007	149.328	-	(34.383)	272.952
Móveis e utensílios	341.946	76.559	-	(60.925)	357.580
Computadores e periféricos	224.016	50.018	-	(63.099)	210.935
Imobilizações em andamento	-	417.482	-	-	417.482
	23.907.049	**888.440**	**-**	**(576.167)**	**24.219.322**
Intangível					
Direito de uso e patentes	899	-	-	-	899
Sistemas, aplicativos e softwares	10.469	1.155	-	(3.667)	7.957
	11.368	**1.155**	**-**	**(3.667)**	**8.856**

Os valores referentes a "imobilizações em andamento", referem-se a obras e reformas que serão concluídas no decorrer do exercício de 2026, nas instalações da instituição:

Os valores detalhados de cada obra estão apresentados no quadro a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Aquisições durante o exercício	Saldos em 31/12/2025
Imobilizações em andamento			
Reforma na Pousada	-	210.999	210.999
Mini Cidade - Escola Aldeia	-	189.075	189.075
Reforma no Hotel	-	17.408	17.408
	-	**417.482**	**417.482**

NOTA 09. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Estão compostos por salários a pagar e seus respectivos encargos sociais tais como INSS de empregados e FGTS a pagar, como segue:

	2025	2024
Salários a pagar	448.719	364.343
Rescisões de empregados a pagar	12.903	-
Inss de empregados a recolher	68.555	57.297
FGTS a pagar	93.206	80.481
	623.383	**502.121**

NOTA 10. ADIANTAMENTOS RECEBIDOS

Estão substancialmente compostos pelas antecipações de mensalidades educacionais, relativas ao ano de 2026, recebidas antecipadamente, correspondendo aos valores nominais das parcelas, bem como pelos adiantamentos de clientes de hospedagem, como segue:

	2025	2024
Antecipação de mensalidades	800.916	682.182
Caução de aluguel de imóveis	23.815	23.215
Adiantamento de clientes de hospedagem	502.798	522.910
	1.327.529	**1.228.307**

NOTA 11. OBRIGAÇÕES COM FÉRIAS E ENCARGOS

Estão compostos por provisão de férias a pagar e seu respectivos encargos de FGTS sobre férias, como segue:

	2025	2024
Provisões de férias a pagar	570.809	456.998
Provisões de FGTS sobre férias a pagar	45.644	36.559
	616.453	**493.557**

NOTA 12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, que têm como objetivo principal operacionalizar projetos pré-determinados e aprovados.

A Irmandade Evangélica Betânia faz a prestação de contas de todos os valores referentes às subvenções e disponibiliza toda a documentação necessária para qualquer fiscalização sobre esses valores.

Os registros contábeis dos valores de subvenções seguem a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução nº 1.305 de 25 de novembro de 2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ITG 2022 que foi aprovada pela Resolução do CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012.

Os valores recebidos referentes a subvenções governamentais estão descritos no quadro abaixo:

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em reais - R$ 1)

	2025	2024
Verbas de subvenções - Municipais		
Saldo de recursos do exercício anterior	27	155.119
Verbas de subvenções recebidas	35.000	90.907
Devolução de verbas de subvenções recebidas	(27)	(86.943)
Rendimentos no exercício	495	9.585
Recursos utilizados no exercício	(17.292)	(168.641)
	18.203	**27**
Verbas de subvenções - Rstaduais		
Verbas de subvenções recebidas	904.587	-
Rendimentos no exercício	7.319	-
Recursos utilizados no exercício	(171.639)	-
	740.267	**-**
	758.470	**27**

NOTA 13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Provisão para Contingências é somente reconhecida quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, e seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação. É também somente reconhecida quando se possa fazer uma estimativa confiável dos valores envolvidos.

Com base na opinião dos assessores jurídicos existem processos judiciais na esfera trabalhista que estão em andamento e que serão confirmadas apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade e que, neste caso, conforme determina a NBC TG 25, são classificadas como de perda possível, não sendo requerido o registro passivo dos valores envolvidos. O valor estimado de possível perda dessas contingências é de R$ 236.684 (duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais).

NOTA 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(i) Patrimônio Social

O Patrimônio Social refere-se ao resultado apurado em cada exercício, incorporado para manutenção dos objetivos sociais da Irmandade.

(ii) Superávit do Período

O resultado do exercício está sendo mantido em conta específica, enquanto não aprovado pela assembleia de associados. Após sua aprovação será transferido definitivamente para o Patrimônio Social.

(iii) Não remuneração de membros de sua diretoria

A Irmandade não remunera os membros componentes de sua diretoria, conselheiros, associados, sócios benfeitores ou equivalentes e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma forma, não distribui qualquer

parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais, mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão, conforme Artigo 22 e 23 do Estatuto Social da Irmandade Evangélica Betânia e Artigo 14 do Código Tributário Nacional.

NOTA 15. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados estão compostos da seguinte forma:

	2025	2024
Custos com pessoal e encargos - serviços educacionais	(8.975.323)	(7.933.426)
Materiais aplicados na produção - serviços educacionais	(1.258.993)	(1.486.093)
Custos com pessoal e encargos - serviços hospedagem	(3.454.545)	(2.718.028)
Materiais aplicados na produção - serviços hospedagem	(2.950.672)	(3.035.793)
Custos com serviços voluntários	(114.192)	(139.543)
Custos com serviços socioassistenciais	(13.064)	(13.064)
	(16.766.789)	**(15.325.947)**

NOTA 16. OUTRAS RECEITAS

	2025	2024
Receitas de locação (líquido de taxa condominial)	92.004	89.291
Outras receitas (parceria com editora e sistema educacional)	215.763	229.848
	307.767	**319.139**

NOTA 17. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	208.869	155.405
Juros, descontos obtidos e recuperação de despesas	34.484	51.789
Descontos concedidos no recebimento	(16.813)	(43.588)
Tarifas de instituições financeiras	(96.754)	(93.273)
Outros	(17.435)	(17.957)
	112.351	**52.376**

NOTA 18. CRITÉRIOS DE APURAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS EM FILANTROPIA

A Irmandade Evangélica Betânia, cumpriu e vem cumprindo todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar 187/2021, para manutenção da certificação e isenção prevista por essa legislação.

Sua atividade preponderante é a Educação Básica (Educação infantil e Ensino Fundamental). A Irmandade também atua com a atividade de Assistência Social em serviços específicos.

A seguir serão especificados os requisitos cumpridos conforme a Legislação supracitada:

NOTA 18-a. Educação

O Art. 19 § 1º da Lei Complementar 187/2021, define os critérios socioeconômicos de concessão de bolsas integrais (100%) e parciais (50%).

No Art. 20 da Lei Complementar 187/2021 temos a definição de que a gratuidade na área da educação deve ser apurada mediante a proporção de alunos bolsistas em relação aos pagantes: uma (1) bolsa integral para cada cinco (5) alunos pagantes, sendo permitidas as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) para o cumprimento desta meta, desde que respeitado um mínimo de uma (1) bolsa integral para cada nove (9) pagantes.

Complementarmente deve:

- Demonstrar a adequação às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação – PNE;
- Atender aos padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação.

A Irmandade Evangélica Betânia, comprometida com a Educação, durante o ano de 2025, cumpriu todos os requisitos definidos pela Legislação Vigente para a referida área.

No quadro seguinte está demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos pela legislação atual:

Descrição	2025	Em Reais
Quantidade de Alunos (Educação Básica):		
Total de alunos matriculados no ano de 2025 (em todas as unidades de Educação Básica)	937	14.113.000
Total de alunos com bolsa integral (gratuidade 100%) em tempo integral (Art. 20, Parágrafo 3º, Inciso II, Lei Complementar 187/21) equivalente a 1,4 do valor da bolsa integral	257	3.528.990
Total de alunos com bolsas de estudos integrais (gratuidade 100%)	103	1.142.029
Total de alunos pagantes (incluindo alunos com bolsas parciais + CCT)	**577**	**9.441.981**
Quantidade de bolsas concedidas por força de Convenção Coletiva de Trabalho - CCT	5	60.570
Quantidade de alunos com bolsa de estudo parcial (gratuidade 50%)	21	49.756
Cálculo da proporção de Alunos (conforme Art. 20, Parágrafo 3º, Inciso II, Lei Complementar 187/21)		
1) Quantidade de alunos com a proporção de 1,4 (257 * 1,4)	360	3.528.990
2) Quantidade de alunos com a proporção de 1,0 (103 * 1)	103	1.142.029
total de (1 + 2)	463	4.671.019
Cálculo da proporcionalidade de alunos pagantes para gratuidade (577 / 463)	**1,25 pagantes para 1 bolsista**	
Total mínimo de Bolsistas Integrais por aluno pagante 1 x 5 - (Art. 20 da LC.187/21)	**115**	

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em reais - R$ 1)

Descrição	2024	Em Reais
Quantidade de Alunos (Educação Básica):		
Total de alunos matriculados no ano de 2024 (em todas as unidades de Educação Básica)	923	12.584.082
Total de alunos com bolsa integral (gratuidade 100%) em tempo integral (Art. 20, Parágrafo 3º, Inciso II, Lei Complementar 187/21) equivalente a 1,4 do valor da bolsa integral	292	3.484.800
Total de alunos com bolsas de estudos integrais (gratuidade 100%)	94	1.015.175
Total de alunos pagantes (incluindo alunos com bolsas parciais + CCT)	**537**	**8.084.107**
Quantidade de bolsas concedidas por força de Convenção Coletiva de Trabalho - CCT	5	32.050
Quantidade de alunos com bolsa de estudo parcial (gratuidade 50%)	16	90.951
Cálculo da proporção de Alunos (conforme Art. 20, Parágrafo 3º, Inciso II, Lei Complementar 187/21)		
1) Quantidade de alunos com a proporção de 1,4 (292 * 1,4)	408	3.484.800
2) Quantidade de alunos com a proporção de 1,0 (94 * 1)	94	1.015.175
total de (1 + 2)	502	4.499.975

Cálculo da proporcionalidade de alunos pagantes para gratuidade (537 / 502)	**1,07 pagantes para 1 bolsista**
Total mínimo de Bolsistas Integrais por aluno pagante 1 x 5 - (Art. 20 da LC.187/21)	**107**

Informações complementares:

Detalhamento das Gratuidades da Educação Básica por Programa			2025
Unidade	**Gratuidade Integral**	**Gratuidade Parcial**	**Total**
Escola Aldeia Betânia	569.478	14.995	584.473
Escola Estância Betânia	572.550	34.761	607.311
Centro de Educação e Inclusão Social Betânia	3.528.990	-	3.528.990
Totais	**4.671.018**	**49.756**	**4.720.774**

Detalhamento das Gratuidades da Educação Básica por Programa			2024
Unidade	**Gratuidade Integral**	**Gratuidade Parcial**	**Total**
Escola Aldeia Betânia	542.935	82.991	625.926
Escola Estância Betânia	472.240	7.960	480.200
Centro de Educação e Inclusão Social Betânia	3.484.800	-	3.484.800
Totais	**4.499.975**	**90.951**	**4.590.926**

Com relação aos demais itens requeridos (adequar às diretrizes do PNE e atender aos padrões mínimos de qualidade), as unidades de educação básica da Irmandade Evangélica Betânia estão em plena regularidade perante o Ministério da Educação.

Critérios para concessão da gratuidade educacional:

A gratuidade integral concedida para alunos do Centro de Educação e Inclusão Social Betânia – CEISB, ocorre quando os beneficiários atendem os requisitos do artigo 19 § 1º e § 2º da Lei Complementar 187/2021, como segue:

(i) Renda familiar mensal *per capita* não exceda a 1 ½ (um e meio) salário-mínimo federal por mês;
(ii) A avaliação das fichas socioeconômicas realizada por assistente social, direção da escola e presidente da instituição, atendem os requisitos da legislação acima citada.

As gratuidades concedidas para os alunos da Escola Aldeia Betânia - EAB e Escola Estância Betânia - EEB, ocorrem quando os beneficiários atendem os requisitos do artigo 19 § 1º e § 2º da Lei Complementar 187/2021, como segue:

(i) A bolsa de estudo integral será concedida ao aluno cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda a 1 ½ (um e meio) salário-mínimo federal por mês;
(ii) A bolsa de estudo parcial com 50% (cinquenta por cento) de gratuidade será concedida ao aluno cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos federal por mês.
(iii) A bolsa é concedida com base em avaliações de fichas socioeconômicas, conforme legislação supracitada, realizadas por assistente social, direção da escola e presidente da instituição.

Unidades de Educação Básica:

(i) Centro de Educação e Inclusão Social Betânia: Escola de educação infantil, localizada no Centro Industrial Mauá, município de Colombo/PR, região metropolitana de Curitiba.
(ii) Escola Aldeia Betânia: Escola de educação infantil e ensino fundamental até o 5º ano, localizada no Bairro do Atuba, município de Curitiba/PR.
(iii) Escola Estância Betânia: Escola de educação infantil, localizada no Bairro do São Dimas, município de Colombo/PR, região metropolitana de Curitiba/PR.

NOTA 18-b. Projetos de Assistência Social

A Irmandade Evangélica Betânia atua na atividade de Assistência Social em serviços específicos. Nos termos da Lei Complementar 187/2021, esses serviços são realizados de forma gratuita, continuada e planejada para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, para crianças, jovens e adultos.
Os recursos utilizados pela Irmandade Evangélica Betânia em sua grande maioria são próprios, mas também conta com a doação de pessoas físicas e jurídicas.
Em cumprimento da determinação da Resolução CNAS 16/2010, os serviços realizados foram cadastrados no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue abaixo:

Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho (Acessuas trabalho): oferta de capacitação em hotelaria, em forma de oficinas, no município de Colombo/PR, inscrito no CMAS nº 03 por prazo indeterminado, desenvolvido na filial Hotel Estância Betânia – CNPJ 75.148.874/0003-51; atendendo a Resolução CNAS nº 33/2011, Nota Técnica nº 02/2017/DRSP/SNAS.

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – Ação Betânia: ofertado em forma de oficinas, no município de Colombo/PR, inscrito no CMAS nº 26, por prazo indeterminado, desenvolvido na filial Centro de Educação e Inclusão Social Betânia - 75.148.874/0004-32; conforme a Resolução CNAS nº 109/2009.

2025				
Programas	**Público Alvo**	**Ações Desenvolvidas**	**Número de Beneficiados**	**Custo**
Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho: Capacitação em Hotelaria, em forma de oficinas.	Pessoas a partir de 16 anos, com prioridade para indivíduos em situação de vulnerabilidade social, do município de Colombo/PR	Capacita os beneficiários por meio de oficinas temáticas, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências para a inserção e permanência no mundo do trabalho, fortalecendo a autonomia e a inclusão social.	11	1.699
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos Ação Betânia	Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade, da comunidade Vila Zumbi dos Palmares e proximidades, no município do Colombo/PR.	O serviço é desenvolvido por meio de oficinas voltadas às áreas de artes, esportes e cidadania, com objetivo de ampliar as trocas culturais, socializar vivências e ressignificar experiências, promovendo o fortalecimento do sentimento de pertencimento, identidade e vínculos comunitários dos usuários.	79	13.284
Total			**90**	**14.983**

Informação adicional – Contabilidade segregada por área de atuação.

Nos termos da legislação em vigor, a Irmandade Evangélica Betânia mantém a escrituração contábil segregada por área de atuação, evidenciando o patrimônio, as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada.

NOTA 19. BENEFÍCIOS FISCAIS

Descrição	Valores estimados	
	2025	2024
Contribuição social sobre o faturamento – Pis e COFINS	695.182	648.344
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	805.234	728.011
Cota patronal da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	2.753.554	2.418.353
	4.253.970	**3.794.708**

A Irmandade Evangélica Betânia na condição de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social, nos termos da legislação vigente, se beneficiou do não recolhimento de impostos e contribuições durante o exercício de 2025.

NOTA 20. CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

A Irmandade Evangélica Betânia, tem formalizado termo de cessão de uso de bem público referente à área onde está instalada a unidade Centro de Educação e Inclusão Social Betânia - CEISB, cedida pela Prefeitura do

município de Colombo, com o objetivo de viabilizar o atendimento às crianças da educação infantil, e a realização do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos Ação Betânia. O prazo da cessão de uso é por tempo indeterminado.

NOTA 21. SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

Conforme Resolução do CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado que é composto por pessoas da comunidade que dedicam seu tempo e seu talento em uma importante participação em variadas ações realizadas pela entidade.

São profissionais liberais, aposentados, executivos de empresas e estudantes de áreas diversas, que tomam conhecimento da Instituição pela mídia ou por usuários dos serviços prestados pela Irmandade.

Os voluntários prestam apoio em eventos diversos, palestras, aulas, organização administrativa, publicidade e apoio nos atendimentos.

O montante deste serviço em 2025 corresponde a R$ 114.192 (2024 – R$ 139.543). O valor ora realizado está registrado em contas específicas e reconhecido na receita e na despesa.

NOTA 22. REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

NOTA 22. COBERTURA DE SEGUROS

A administração da Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros, para bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

Imóveis segurados: Mantenedora / Pousada Betânia / Escola Aldeia Betânia / Centro de Educação e Inclusão Social Betânia / Escola Estância Betânia / Hotel Estância Betânia

Coberturas / Riscos Cobertos	Importâncias seguradas
Incêndio e Complementares	24.160.312
Despesas Fixas	1.000.000
Responsabilidade Civil	500.000
Avarias de Maquinas e Equipamentos	200.000
Vendav/Furac/Ciclon/Granizo/Tornado	350.000
Roubo	100.000
Danos Elétricos	200.000
Alagamento	30.000
Quebra de Vidros e Anúncios Luminosos e Mármores	15.000
Bens do Segurado em Poder de Terceiros	-
Totais	**26.555.312**

Bem segurado: Veículos próprios

Ramos	Importâncias seguradas
Resp. civil facultativo danos materiais	200.000
Resp. civil facultativo danos corporais	200.000
Resp. civil facultativo danos morais	50.000
Acidentes pessoais passageiros morte	5.000
Acidentes pessoais passageiros	5.000
Totais	**460.000**

Curitiba (PR), 31 de dezembro de 2025.

Emerson Siqueira Martins
Contador
CRC 039.251/O-8 PR

Denise Teresa Caron Lopes
Diretora Presidente
CPF 523.281.809-06

* * * * *Fim * * * * *